



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

FORMAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

INGRID BARBOSA SILVA¹

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo desenvolver uma discussão sobre formação permanente no Serviço Social, tendo como base as diretrizes da Política de Educação Permanente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS-CRESS) e os subsídios teóricos trazidos do campo do Serviço Social e da Educação. Assim, pretende-se contribuir com a discussão, entendendo sua relevância, sobretudo por defender o aprimoramento intelectual, técnico e político das/os assistentes sociais na perspectiva de fortalecer e materializar o projeto ético-político da profissão nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Palavras-chave: Formação Permanente; Trabalho; Serviço Social.

Resumen: Este artículo tiene como principal objetivo desarrollar una discusión sobre formación permanente en el Servicio Social, teniendo como base las directrices de la Política de Educación Permanente del Consejo Federal de Servicio Social (CFESS-CRESS) y los subsidios teóricos traídos del campo del Servicio Social y Social de la Educación. Así, se pretende contribuir con la discusión, entendiendo su relevancia, sobre todo por defender el perfeccionamiento intelectual, técnico y político de los asistentes sociales en la perspectiva de fortalecer y materializar el proyecto ético-político de la profesión en los diversos espacios socio-ocupacionales.

Palabras clave: Formación permanente; Trabajo; Servicio social.

1 INTRODUÇÃO

Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.
Paulo Freire

O presente artigo pretende desenvolver discussões sobre a formação permanente e o trabalho profissional das/os assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, numa perspectiva de consolidação do projeto

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <ingridzinha.01@hotmail.com>

ético-político crítico da profissão. Destarte, o artigo tem relação direta com reflexões, pesquisas e construções teóricas desenvolvidas ao longo do percurso acadêmico, agora intensificado no mestrado em Serviço Social, em andamento, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, cujo o objeto de estudo está voltado na análise entre a relação formação permanente e o trabalho profissional das/os assistentes sociais que atuam na Política de Educação na cidade de Salvador.

Desse modo, refletir sobre o processo de formação das/os assistentes sociais requer uma cautelosa avaliação crítica do sistema capitalista, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, da realidade posta e da escolha política que os sujeitos da profissão transmitem aos projetos profissionais. Desde o período de reafirmação do capitalismo no Brasil, passando pelo processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970 e, posteriormente, em meados dos anos de 1990 de forma retardatária a inserção do neoliberalismo no país, ocorreram diversas transformações societárias, mudanças nas formas de organização produtiva e nas relações entre as classes, como consequência, emergiram novas requisições profissionais, novas demandas da realidade que incide o trabalho profissional e seus processos de trabalho. As reformas de cunho neoliberal, sobretudo direcionada a destruição de diversos direitos e políticas públicas ampliou a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, sendo o assistente social parte dela. Assim, o mercado de trabalho passa a exigir dos profissionais,

[...] a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto de ação profissional. (CFESS, 2012, p.18)

Portanto, a formação permanente no Serviço Social tem sido foco de atuação e organização política das entidades representativas da categoria, sendo elas: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço

Social – ENESSO, na defesa da criticidade no trabalho profissional, indo contra a hegemonia do capital na busca da qualificação dos serviços prestados, conforme assegura um dos princípios do Código de Ética (CFESS, 1993, p.24) “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”

Portanto, o tema a ser discutido busca apontar e defender a formação permanente como elemento essencial para o trabalho profissional, sendo uma estratégia para articular ainda mais a intrínseca relação entre a teoria e a prática, a aproximação entre a universidade e a sociedade, ou seja, buscando fortalecer e materializar a práxis a partir de uma análise da realidade crítica.

2 DESENVOLVIMENTO

Debater sobre a formação permanente no Serviço Social faz-se necessário compreender como os impactos das diversas transformações societária, a partir de uma lógica dominante capitalista, influenciaram e influenciam na formação dos profissionais de Serviço Social, principalmente pela reconfiguração do mercado de trabalho e suas novas exigências e requisições postas para a classe trabalhadora. Além disso, vale ressaltar que, o processo de acumulação do capital ocorre por meio da exploração, crises e dominação da vida da classe trabalhadora, influenciando diretamente na intensificação da precarização dos processos de trabalho, no agravamento das expressões da “questão social”² e conseqüentemente no crescimento significativo da desigualdade entre as classes.

A crise estrutural do capitalismo em meados dos anos de 1970, criou um conjunto de estratégias para manter o seu processo de valorização e,

² “Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma “questão social” que não derive da lei geral da acumulação. Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões a medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 139)

consequentemente, retomar os padrões de lucratividade diante do cenário de crise geral. De acordo com Antunes (1999),

Como resposta a sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isto se seguiu também o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a adotar o capital instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p. 31)

A reestruturação produtiva faz parte de uma dessas estratégias do capital, em que altera todo o processo de produção, ocasionando a flexibilidade das relações de trabalho e, exigindo da classe trabalhadora qualificação para responder as novas exigências da produção e problemas nos processos de trabalho. De acordo com Santos e Machado (2017), a reestruturação produtiva significou a intensificação da precarização estrutural do trabalho através da sua inovação organizacional e tecnológica, ou seja, emergem novas formas de gestão, assim como mudanças nas relações de trabalho.

Nesse contexto, tem-se a substituição, de forma gradual, do modelo fordista, que é caracterizado pela produção em série e em massa, pelo modo de acumulação flexível, também conhecido como toyotismo³. Esse modelo, está baseado na produção a partir da demanda do mercado - evitando o excedente - com utilização forte da tecnologia, na redução da mão-de-obra, está ancorado na flexibilidade e na polivalência, ou seja, o sistema capitalista passa a exigir um novo trabalhador, que desenvolva diversas funções, que explore todos os seus conhecimentos em prol da produção. Portanto, o capital passa a cooptar e valorizar todos os saberes da classe trabalhadora, sobretudo o intelectual, deslocando a predominância da força física valorizada no fordismo.

³ “No mundo da produção e do trabalho difundiu-se nos anos 1980 o modelo japonês, o ohnismo/toyotismo, fundado nas possibilidades abertas pela introdução de um novo padrão tecnológico: a revolução microeletrônica. É a chamada produção flexível, que altera o padrão rígido fordista. (...) A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo (...)” (BEHRING, 2008, p. 35)

Deste modo, a lógica empregada nas novas configurações do mercado é a noção de competência no trabalho, ganhando evidência em meados dos anos de 1980, em que o capital utiliza desse discurso para requerer do trabalhador qualificação e capacidade para atuar em diversas situações nos processos de trabalho, garantindo assim, a manutenção da sua lucratividade e valorização. Nesse sentido, passa a pressionar a classe trabalhadora por buscas incessantes em especializações, capacitações, dentre outros mecanismos para sua atualização. De acordo com Araújo (2005),

É um processo que faz parte de uma reestruturação no mundo do trabalho mais ampla, em que o capital busca dar respostas às suas próprias crises e encontra como estratégia a substituição gradativa de uma produção em massa sem muita preocupação com a qualidade para uma produção em pequena escala, flexível e atenta às demandas do consumidor. Além disso, provoca mudanças nas redes de comunicação e na divisão social do trabalho, através da diminuição da divisão hierárquica dentro das organizações institucionais, do estabelecimento do encargo de mais de uma função para o mesmo trabalhador a polivalência, da terceirização e da flexibilização das relações de trabalho, numa perspectiva de restaurar economicamente o capital. (ARAUJO, 2005, p.60)

Corroborando com Araújo (2005), tais reflexões são necessárias para diferenciar competência⁴ de qualificação profissional, na maioria das vezes confundida. A noção de competência está baseada na capacidade do trabalhador em desenvolver o seu trabalho no espaço a partir das novas configurações postas. Já a qualificação profissional está relacionada a lógica do mercado, podendo ser modificada de acordo com os interesses das classes em disputa. De acordo com Nascimento e Oliveira (2017),

Desta forma, faz-se imprescindível ressaltar que assim como os diversos interesses em disputa nesta sociedade expressam ideologias e posicionamentos políticos distintos, os termos, conceitos, categorias de análises também podem assumir sentidos antagônicos em disputa na sociedade, principalmente, pelas contradições que a permeiam. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2017, p. 137)

Nesse sentido, os rumos do sistema capitalista, a partir da década de 1970 sofreu uma modificação expressiva, uma vez que, seu processo de

⁴ Para a autora, a competência é entendida como “a capacidade para agir diante de situações previstas e imprevistas no ambiente de trabalho em um determinado contexto sócio- histórico.” (ARAUJO, 2005, p.66)

acumulação foi sendo forjado através da expansão da exploração da classe trabalhadora, do desemprego, das destruições das condições da reprodução das classes, do aumento da precarização, terceirização, da destruição das conquistas históricas dos trabalhadores. E, tais processos se intensificam a partir da década de 1990, mesmo o Brasil sendo um país periférico, a lógica neoliberal se insere de forma tardia, projetando reformas orquestradas pelo capital com forte influência dos interesses internacionais.

De acordo com Netto (2012),

[...] desde os anos 1990, em todos os continentes registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista— não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo. (NETTO, 2012, p. 415)

Nesse período, o ataque as políticas de cunho social, sobretudo voltadas para a educação foram intensificadas a partir do grande interesse do capital financeiro induzido pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial. Nesse sentido, a formação em Serviço Social perpassa por várias transformações. A profissão é resultado de construções e reconstruções da sua base formativa que fundamenta e direciona o trabalho profissional. O processo de reconceituação é um exemplo disso, os/as assistentes sociais vinham na tentativa de analisar sua formação e principalmente de pensar um trabalho profissional mais crítico perante as expressões da “questão social”. Diante disso e das determinações e transformações societárias ao longo do tempo, das demandas emergentes, da realidade que incide o trabalho profissional e seus processos de trabalho, da destruição de diversos direitos e políticas públicas e principalmente pela ampliação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, a conjuntura exige dos profissionais contemporâneos,

[...] a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto de ação profissional. (CFESS, 2012, p.18)

Nessa perspectiva, indo contra a lógica do capital, buscando afirmar compromisso com a classe trabalhadora, potencializar o projeto ético-político profissional e em defesa da qualificação profissional, o documento intitulado, a Política de Educação Permanente, elaborada pelo CFESS e o CRESS junto com profissionais e estudantes, determina uma proposta que fortalece o que está preconizado em um dos princípios fundamentais no Código de Ética do/a Assistente Social, “[...] o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.” (CFESS, 1993, p. 24).

Sendo assim, as entidades representativas da categoria começam a pensar e desenvolver possíveis reflexões/estratégias para fortalecer uma formação permanente⁵ crítica dos/as assistentes sociais, defendendo uma proposta de qualificação no trabalho profissional, com práticas emancipatórias e principalmente defendendo os direitos sociais e humanos, mesmo “considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional” (CFESS, 2012, p. 08). Nesse sentido, a discussão proposta, além de sinalizar essas reflexões pertinentes, defende a educação permanente não só para o Serviço Social, mas pensando a necessidade de uma educação permanente que perpassasse todas as profissões, uma vez que, a conjuntura é complexa e demanda diversas questões que precisam ser avaliadas, analisadas e desveladas.

Assim, a educação permanente no Serviço Social, para além da empregabilidade e da qualificação profissional, busca também superar a

⁵ “[...] o significado da educação permanente deverá ser compreendido no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a 19Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI.” (CFESS, 2012, p.18-19)

histórica ligação da profissão com o conservadorismo. A Política de Educação Permanente vai contra a imediatividade dos profissionais em participar, por exemplo, de espaços formativos que “[...] muitas vezes, [...], são cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais [...].” (CFESS, 2012, p. 11). É importante ressaltar que, para a consolidação dessa proposta da Política de Educação Permanente, é necessário defender e apoiar a concepção de educação permanente popular⁶, criando espaços coletivos; construindo saberes e proporcionando reflexões; fortalecendo e construindo um saber popular que venha agregar força, conhecimento, resistência e organização política e social.

Segundo Silva e Silva (2011), a prática profissional na perspectiva da educação popular,

[...] ocorre de forma dialética, considerando a questão da troca de saber, para que o assistente social e a população possam assumir o papel de educadores e educandos, [...]. Nesse sentido, o assistente social, em vez de dirigir o processo educativo, busca uma reflexão conjunta acerca do cotidiano da população, mediante a socialização do conhecimento e o apoio as lutas e reivindicações populares. (SILVA E SILVA, 2011, p. 230)

Nesse sentido, as entidades organizativas da categoria profissional têm buscado proporcionar/desenvolver espaços políticos de discussões/debates; construção de eventos e publicações para os/as assistentes sociais, oportunizando esses profissionais a refletir sobre o processo de trabalho, sobre o arcabouço teórico e técnico-operativo da profissão⁷, constituindo assim meios sistemáticos e pertinentes que

⁶ “A educação popular se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo ‘Porque? para que? para quem? como?’.” (CFESS, 2012, p.12)

⁷ De acordo com CFESS (2012, p. 14-15), “[...] os Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes/as também trabalhem e realizem atividades de formação com as/os assistentes sociais; o curso Ética em Movimento, que acontece anualmente e já está na sua 10ª edição, curso este organizado pelo CFESS para as/os representantes de todos os CRESS, que devem se tornar multiplicadoras/ es, realizando atividades semelhantes em seus estados; a 2ª edição do curso de especialização à distância sob o título “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, realizado pela gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-

impulsionem a educação permanente. As entidades buscam ainda fortalecer que, o projeto de formação profissional não se encerra na graduação, pelo contrário, a partir do processo das relações sociais, da exigência de uma ação interventiva e investigativa e da busca pela qualidade dos serviços prestados para a classe trabalhadora, tem-se a necessidade de cada vez mais o profissional se apropriar das bases teóricas, para garantir ações qualificadas na direção do projeto ético-político. É impossível separar a educação da formação, pois entendemos que a formação deve ser permanente.

O documento do CFESS traz alguns eixos de reflexões/discussões que são necessárias para entender o processo da formação profissional e a importância de defender que essa formação seja permanente. Primeiro a discussão sobre a lógica do capital empresarial e a Política de Educação, principalmente voltada para a expansão do ensino superior que, nos últimos anos, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), PROUNI e o Ensino à Distância (EAD), que tem sido o grande foco do empresariado da educação. O processo de privatização, da apropriação do dinheiro público para gerenciar essas políticas, da precarização das universidades públicas e da expansão dos cursos sem qualificação no ensino. Tudo isso vem ocasionando “uma massificação da formação universitária voltada para a adequação as ‘demandas flexíveis do mercado’, estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados a submissão dos profissionais as ‘normas do mercado’” (IAMAMOTO, 2008, p. 441).

2011), dando continuidade ao trabalho acumulado de gestões anteriores; os seminários nacionais organizados pelo CFESS para discutir a atuação profissional em campos específicos de intervenção, a exemplo do seminário sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social, na Saúde, na Previdência Social, na Educação e no Campo Sócio-jurídico; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo da Revista Inscrita, dos Anais dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS, dos Anais dos seminários nacionais realizados, a publicação de diversos CFESS Manifesta. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas; realização de seminários, as ações de orientação realizadas pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e, ainda, a multiplicação do Projeto Ética em Movimento."

O segundo é sobre mercantilização generalizada e expansão dos cursos de Serviço Social. O documento do CFESS (2012) aponta o aumento dos cursos de Serviço Social no Brasil ao longo dos anos,

[...] em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, havia 89 cursos de Serviço Social no Brasil. Em 2001 – final de seu mandato - esse número chega a 111 cursos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, no período de 2002 a 2010, esse número subiu vertiginosamente. Em 2005, alcançou 174 cursos; em 2006, já existiam 206 cursos; em 2007, esse número chegou a 253 cursos; atingindo 306 em 2008; 345 em 2009 e 567 cursos aprovados em agosto de 2012. (CFESS, 2012, p. 23)

Atualmente, segundo os dados do e-MEC de 2017⁸, existem aproximadamente 829 (oitocentos e vinte e nove) cursos de Serviço Social em atividade no Brasil, na modalidade de ensino presencial e a distância. Vale destacar que, as instituições que oferecem ensino a distância apresentam um número muito maior de concessão de vagas, de acordo com o portal, essa modalidade chega a ofertar cerca de 134.034 mil vagas aproximadamente. No Nordeste brasileiro existem cerca de 273 (duzentos e setenta e três) cursos de Serviço Social. Na Bahia, existem aproximadamente 59 (cinquenta e nove) cursos de Serviço Social em atividade, 36 (trinta e seis) são cursos presenciais e 23 (vinte e um) cursos com ensino à distância. Na cidade de Salvador existem 37 (trinta e sete) cursos de Serviço Social, na modalidade presencial são ofertados 18 (dezoito) cursos, sendo apenas um em instituição pública e 19 (dezenove) cursos com a modalidade de ensino a distância. Vale ressaltar que, existem instituições que oferecem o curso nas duas modalidades.

Esse crescimento dos cursos no ensino superior, principalmente na modalidade de ensino à distância, muitas vezes de forma aligeirada, ocasiona uma série de consequências para o trabalho profissional. Primeiro porque a intensão dessa expansão da educação vem por um viés de ampliar as taxas de acumulação das empresas educacionais e não com uma perspectiva de garantir uma qualidade na formação; segundo porque essa forma de ensino

⁸ Segundo OLIVEIRA, Taís Ana de. **Os Impactos da Expansão do Ensino Superior para os docentes dos Cursos Privados Presenciais de Serviço Social em Salvador (BA)**. 73 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal da Bahia, 2017.

não consegue garantir o que preconiza um dos importantes princípios das diretrizes curriculares, que é o tripé da formação ensino, pesquisa e extensão (PEREIRA, 2007).

Com isso, existe uma preocupação das entidades representativas do Serviço Social e dos movimentos sociais sobre esse processo de precarização da educação, em específico, a educação superior no Brasil. Para além das mobilizações de enfrentamento realizadas pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS-CRESS e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, a Política de Educação Permanente é mais uma conquista da categoria para pensar o trabalho profissional como um processo contínuo de adquirir conhecimento, a partir de uma reflexão crítica, qualificada, buscando consolidar o projeto ético-político e com isso, potencializar os serviços prestados aos usuários⁹.

É válido destacar que, a proposta da Política de Educação Permanente abrange a reflexão sobre realidade do trabalho profissional, ressaltando a necessidade do/da profissional identificar a questão social, investigar as particularidades das demandas, e, a partir disso, desenvolver ações que respondam as necessidades dos usuários. Vale também destacar a necessidade de evitar a imediatividade, a fragmentação e o conservadorismo histórico da profissão na ação interventiva, pois, a realidade é dinâmica e complexa e para intervir na questão social e nas suas múltiplas expressões, é necessário estudar, pesquisar, repensar criticamente o trabalho profissional para que a prática profissional não negue sua dimensão política e social e nem esqueça das suas atribuições e suas competências requisitadas.

Assim, a educação¹⁰ permanente vem com uma perspectiva de “[...], retroalimentar e qualificar a formação e o exercício profissional na atualidade

⁹ De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, em um dos seus princípios fundamentais, o profissional deve ter “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24)

¹⁰ “[...] a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na desigualdade, na exploração, no individualismo, no lucro e na competição.” (CFESS, 2012, p. 10)

[...]”. (IAMAMOTO, 2007 *apud* CFESS, 2012, p. 37), ou seja, que as exigências e desafios que são postos para os profissionais no cotidiano dos diversos espaços sócio-ocupacionais, principalmente na política educacional, sejam refletidos e respondidos/superados de forma crítica, buscando estratégias e formas de resistências em relação às contradições da lógica do capital e, principalmente, fortalecer o projeto ético-político, na perspectiva de abranger as formas de intervenção, buscando garantir direitos e práticas emancipatórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é importante fazer algumas considerações, levantando a certeza de que não se esgote aqui as reflexões do tema proposto. O processo de construção e consolidação da profissão do Serviço Social foi posto diante dos processos políticos, históricos, das transformações societárias e do seu amadurecimento e rompimento com as práticas conservadoras. Portanto, o processo de formação dos/as assistentes sociais, ao longo de todo percurso, foi marcado por lutas e avanços. A partir da década de 1980, o Serviço Social buscou uma reflexão crítica sobre o trabalho profissional, lutando por uma formação não conservadora, e sobre sua construção de práticas em prol das lutas sociais da classe trabalhadora, na reivindicação e garantia de direitos sociais.

A consolidação do projeto Ético-Político da profissão, a partir dos anos 1990, constituiu um grande avanço para a categoria, principalmente no que tange à formação dos assistentes sociais. A aprovação da Diretrizes Curriculares das ABEPSS em 1996, significou uma construção coletiva da profissão, tanto ético e político quanto na sua formação profissional, sobretudo, na perspectiva da intenção de ruptura, tendo como referência a teoria crítica.

Nesse sentido, baseado na discussão das transformações societárias em curso, das necessidades do capital em se reconfigurar e no aprofundamento da “questão social” diante da perda de direitos e do desmonte das políticas públicas, o conjunto CFESS-CRESS ao desenvolver o

documento, A Política de Educação Permanente buscou consolidar uma política voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e políticos dos/as assistentes sociais, tendo como principal objetivo uma formação qualificada e crítica. Tal formação busca refletir sobre o fazer profissional e construir práticas transformadoras da realidade social. É nessa perspectiva que o projeto ético-político profissional se afirma. Defender a educação permanente dos assistentes sociais é importante no sentido de fortalecimento e aprimoramento das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa na profissão, é fortalecer suas reflexões diante da realidade que está posta no espaço sócio-ocupacional, principalmente na educação.

Assim, finalizamos com a pretensão de que este estudo possa contribuir para o fortalecimento da discussão sobre a formação permanente no Serviço Social. É importante ressaltar que, os profissionais de Serviço Social precisaram apreender a profissão dentro de uma dinâmica sócio-histórica na qual vai se desenvolver o exercício profissional, e, a partir disso problematizar todos os saberes acumulados durante esse processo de construção da profissão, gerando respostas críticas, sejam elas teóricas, técnicas ou políticas mediante o cenário que o profissional esteja vivenciando dentro dos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Nesse sentido podemos afirmar que as diversas transformações societárias ocasionaram vários desafios para o Serviço Social e que vai incidir na sua particularidade como profissão, vai incidir no processo nos processos de intervenção da profissão, suporte de conhecimento da profissão e principalmente na implementação e efetivação do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Maria Figuerêdo de. **A Construção/reconstrução das competências profissionais do assistente social diante da gestão do serviço social da indústria SESI a partir dos anos 90**. 2005. 155 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contrarreforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006.

CFESS. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília-DF: CFESS, 1993.

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília-DF: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. O cidadão do mundo. In: Lombardi, José C. Dermeval Saviani, Sanfelice, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005. p. 27-34.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 133-166, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/12321>>. Acesso em: 01 jul. 2018. doi:<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p133-166>.

NETTO. José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.** [online]. n.111, pp.413-429, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Larissa G. G. MACHADO, Lúcia M. A noção de competência no Serviço Social. In: MACHADO, Maria Lúcia. Santos, Vera Núbia. BORGES. J. Lusitânia de J (orgs). **Mercado de trabalho, qualificação e “competência”**

profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristovão: Ed. UFS, 2017. p. 11-44.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.